

## Intervenção Programa do Governo 11 de Dezembro de 2008

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Na minha primeira intervenção nesta tribuna na qualidade de líder parlamentar do PS e, simultaneamente, a primeira intervenção que faço nesta Legislatura, é com gosto que cumprimento Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia e, por seu intermédio, as senhoras e senhores Deputados, augurando-lhes os maiores sucessos no desempenho das funções para que foram eleitos.

Iniciamos hoje verdadeiramente um novo ciclo governativo, marcado pela aprovação do Programa do X Governo Regional, ficando os dois órgãos de governo próprio da Região investidos de plenos poderes na decorrência das eleições do passado dia 19 de Outubro. O nosso governo autónomo está assim pronto a iniciar funções, rejuvenescido, revigorado, com um novo equilíbrio parlamentar.

O PS garantiu, com 50% dos votos expressos, a maioria absoluta de que necessita para governar em estabilidade política ao longo dos próximos quatro anos, conseguindo ainda um facto inédito, a vitória em todas as ilhas. Isto enquanto o PSD, com 30% dos votos expressos, obtém o seu pior resultado de sempre em eleições regionais e o CDS/PP atinge quase 9% dos votos e se afirma como partido alternativo na oposição. Assistimos também ao (re)surgimento de outros pequenos partidos com representação parlamentar, nomeadamente o BE e o PCP que, à esquerda no espectro político nacional e regional, vêm reforçar a pluralidade do parlamento e significam, conjuntamente com o resultado do PP, a virtuosidade da nova lei eleitoral e um dos objectivos da sua aprovação. Entretanto o PPM elege também um Deputado, pelo círculo eleitoral do Corvo, garantindo assim uma representação singular daquele partido na Assembleia Legislativa. A verdade porém é que, compreendendo-se as mais-valias desta nova lei eleitoral, fácil será igualmente entender a resistência daqueles que agora se vêem com o estatuto de 'menos-maior partido da oposição', confundindo-se assim com o antes parceiro e hoje 'menos-pequeno partido da oposição'. Congratulamo-nos por isso e também porque conseguimos uma maioria confortável que nos garante a estabilidade governativa, ainda mais necessária numa fase ensombrada das finanças e economia mundiais, mas também porque vencemos em toda a linha,

merecendo a confiança dos açorianos de todas as ilhas da Região. Mais do que um sinal de esperança, entendemo-lo como um sinal de confiança e reconhecimento da obra concretizada e transformação assegurada em todas as nove ilhas.

Grande consequência destes resultados: Costa Neves demite-se e abre caminho a Berta Cabral que, desejando há muito chegar a Presidente do Governo, compreendendo embora não ter condições para o tentar, se posiciona agora para 2012. A verdade porém é que, enquanto cabeça de lista por S. Miguel, precisamente uma das ilhas onde o PSD tem uma derrota histórica, Berta Cabral é, conjuntamente com os outros Presidentes de Câmara candidatos a deputados, mais do que parte da solução, parte das causas do problema daquele partido, por mais que se tenha esforçado por se afastar do alcance das câmaras naquela conferência de imprensa confrangedora durante a noite eleitoral.

Dos resultados acima houve um que tem estado na ribalta e foi nesta sessão objecto de referência indirecta, o da abstenção. Diminuir o significado do resultado do PS, afirmando por exemplo que este ganhou com o voto de apenas 25% dos açorianos, significa concomitantemente dizer, implicitamente, que a derrota dos outros foi muito maior. Este é pois um caminho que mais do que ilegitimar a vitória do maior partido, o PS, diminui a legitimidade do maior partido da oposição, o PSD, e de todos os outros, uma vez que representa apenas o voto de 15% de todos os açorianos e não os 30% dos que votaram. É pois um exercício espúrio e, mais do que isso, um exercício que evidencia o alter-ego de quem o profere. Penso aliás que existe cada vez mais uma abstenção consciente, logo não compaginável com a ideia de que estes são uns preguiçosos que resolveram ficar em casa e muito menos com a ideia de que este grupo serve para justificar a derrota deixando no ar a seguinte ideia: somos um partido muito grande (nós mais os que se abstiveram) mas temos muitos mandriões. Se eu me tivesse absterido, não permitiria que um qualquer partido se apropriasse do sentido do meu não voto. A abstenção é assim uma realidade com a qual os partidos devem aprender a conviver, isso significa tudo fazer para a diminuir antes de cada acto eleitoral e sobretudo pela prática política fora dos actos eleitorais, não a manipulando após as eleições. Até porque quanto mais culto e desenvolvido é um país, maior é o nível de abstenção observado. Sou até tentado a afirmar que o elevado nível de abstenção só se observa em democracias consolidadas. Qualquer país sujeito a um sistema político autocrático, mais ou menos ditatorial, raramente atinge níveis de abstenção superiores a 20 ou 30%. Sendo certo também que, na medida em que seja posto em causa o nível de desenvolvimento, riqueza, segurança e bem-estar de um Estado ou Região, as pessoas compreendem sempre que o voto é a arma que têm mais à mão e tendem a valorizar as diferenças entre os projectos e ideais dos diversos partidos políticos, como vimos, de resto, recentemente, no país que observa tradicionalmente o seu nível mais elevado: os Estados Unidos da América.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Concluimos assim uma dúzia de anos de acção governativa da responsabilidade do Partido Socialista. Responsabilidade que assumimos com o orgulho de quem conseguiu, ao longo destes anos, imprimir uma marca indelével de desenvolvimento solidário, movido por um distintivo sentido estratégico que vimos promovendo de forma harmoniosa e equilibrada. Solidariedade expressa pelas políticas sociais que se têm reflectido numa franca melhoria da qualidade de vida da população açoriana. Foram desenvolvidos grandes esforços na criação de novos equipamentos e serviços específicos de apoio sócio-comunitário, principalmente dirigidos a crianças e jovens, a idosos e a pessoas portadoras de deficiência. Quase triplicámos o número de equipamentos sociais enquanto o número de pessoas abrangidas pelo sistema de solidariedade social quadruplicou ao longo da última década. Isto enquanto promovemos uma melhoria considerável da qualidade dos equipamentos e serviços prestados. Mas solidariedade também expressa na resposta dada às calamidades que ciclicamente nos assolam. Os investimentos e apoios prestados pelo Governo Regional na sequência da crise sísmica de 1998 nas ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, são bem o exemplo dessa marca distintiva de solidariedade na acção dos governos liderados por Carlos César. Enquanto isto a taxa de desemprego, que era 3.8% em 2006, tem aumentado nos últimos anos (5.4% no segundo trimestre de 2008), mas está ainda assim abaixo dos 6.3% atingidos em 1996. E, sobretudo, a taxa de emprego tem crescido, passando de 56% em 1995 para 65% este ano.

Sentido estratégico porque orientado por objectivos claros, de promoção de mais e melhor educação. Nesse aspecto, como noutros de resto, considero que os últimos anos de governação têm sido anos de profunda transformação na nossa Região. Temos um corpo lectivo mais estabilizado, mais sucesso escolar e uma rede de equipamentos escolares, cada vez mais, melhorada, não à custa de remendos, mas antes pela construção de novas unidades escolares que têm vindo a substituir uma rede desajustada, que vinha ainda do tempo do Estado Novo, a que se juntou no pós-25 de Abril um conjunto numeroso de escolas mais ou menos provisórias. Isto, não obstante a consciência que o fruto deste investimento só surgirá a longo prazo, diluído no tempo, como diluídos estão também no tempo os muitos anos de marasmo que marcaram e continuam a marcar a nossa existência.

Sentido também estratégico quando se pretendeu dar novos impulsos à ligação dos açorianos com o mar, por via de mais investimento directo no sector das pescas, mas igualmente por via de investimentos significativos ao nível das infraestruturas portuárias, construindo novas marinas, da promoção das actividades marítimo-turísticas, do considerável reforço das ligações marítimas entre todos os açorianos, mas também de melhores acessibilidades para

aqueles que nos visitam e ainda por via de uma participação crescente nos *fora* europeus e internacionais afirmando assim a nossa dimensão marítima e salvaguardando, no essencial, as nossas pretensões, numa área em grande transformação e fortemente globalizada, aos níveis político, social e económico. Tudo isto acompanhado do reforço do investimento na nossa capacidade de investigação, suporte essencial à afirmação da Região. Os investimentos realizados na Baía de Angra do Heroísmo, nas 'Portas do Mar', em Ponta Delgada, e agora também as obras no âmbito do reordenamento do porto da Horta, são bons exemplos de concretização de uma visão estratégica para os Açores. Ganhamos todos com esta projecção do mar, a sua valorização e protecção. Ganha a UE que por esta via se poderá afirmar em sectores essenciais para a prosperidade e bem-estar da Europa. Ganha Portugal, que tem aqui um mundo de oportunidades de crescimento, desenvolvimento e afirmação no espaço europeu, mas ganha sobretudo a Região que através da sua sub-área Açores dá um enorme contributo para a afirmação marítima de Portugal e da UE e isso arrasta necessariamente consigo mais-valias políticas que a médio/longo prazo representarão ganhos concretos para os Açores. Assim saibamos continuar a afirmarmo-nos no país e na Europa.

Os investimentos realizados no sector turístico resultaram num crescimento significativo do sector nos Açores entre 1996 e 2007. Crescemos em duas vezes e meia a nossa capacidade de alojamento e em cerca de quatro vezes o número de dormidas e hóspedes, conseguindo ainda um crescimento das nossas taxas de ocupação. Sentido igualmente estratégico nos avanços conseguidos ao nível ambiental. O ambiente é uma pedra angular do nosso desenvolvimento, constituindo-se como um elemento de promoção da nossa qualidade de vida mas também de desenvolvimento económico e social, sobretudo por via do sector do turismo. Os investimentos realizados e em curso ao nível preventivo (Planos) e interventivo (protecção de orlas costeiras, regularização e naturalização de leitos de ribeiras, áreas protegidas, etc.) mas também no apoio prestado às autarquias, muitas vezes em domínios de sua competência, como é o caso dos resíduos, ao nível de acções de limpeza, construção de aterros e limpeza de ribeiras vieram transformar completamente a face dos Açores, hoje uma Região mais limpa e ordenada do que aquela que se apresentava há apenas uma dúzia de anos atrás. Ao nível dos equipamentos turístico-ambientais o investimento realizado no Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, que acompanhou um vasto conjunto de outros construídos ao longo dos últimos anos, surge como um verdadeiro paradigma de uma nova visão estratégica para os Açores.

Mas também ao nível energético é bom perceber os avanços relativos conseguidos. Contrariamente à nossa sina de estarmos sempre na cauda de tudo e todos, Portugal está entre os países da Europa e do mundo que mais tem crescido na produção de energias de fonte renovável (hídrica, eólica e biocombustíveis). A União Europeia a 27 decidiu impor que os Estados-Membros tenham 39% do consumo total de electricidade a partir de energias

renováveis até 2010. A UE pressupõe também que, até 2020, pelo menos 10% dos combustíveis utilizados nos transportes sejam produzidos a partir de biodiesel ou etanol. Portugal está entre os países europeus mais bem lançados nesta matéria, tendo actualmente uma potência instalada renovável de mais de 8 mil MegaWatts (MW), liderada pela fonte hídrica, e com vários investimentos previstos nos biocombustíveis. Nós, sem prejuízo dos investimentos que teremos que prosseguir, estamos hoje (dados referentes a 2007) na linha da frente ao nível energético, produzindo globalmente 28% de energias de fonte renovável, com destaque para a geotermica (22%), hídrica (4%) e eólica (2%), o que, em termos relativos, nos põe à frente de muitas outras regiões e países mundiais. Um crescimento de 220% desde 1996

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Com efeito os governos da responsabilidade do Partido Socialista têm sabido imprimir uma marca distinta que tem proporcionado um desenvolvimento acentuado e uma clara modernização da Região Autónoma dos Açores a diversos níveis, da administração pública aos vários sectores económicos, do ensino aos serviços de assistência médica e social, da agricultura às pescas, da investigação à comunicação social. Temos hoje uma Região, diria mesmo, temos finalmente uma Região, renovada, com mais iniciativa, mais liberta do poder público e mais coesa, isto é, somos hoje mais um todo e menos a soma das partes, embora reconheçamos que é preciso fazer mais ainda. Não tanto no plano legislativo, onde os avanços são evidentes, com a Lei de Finanças Regional, que finalmente tem reconhecido no plano financeiro os evidentes sobrecustos de uma Região com 9 ilhas em contraste com outra com praticamente uma única ilha mas durante largos anos privilegiada ao nível das transferências do Estado. O texto constitucional de 2004 passou a reconhecer um estatuto superior às autonomias, menos aproveitado pela Região Autónoma da Madeira, é certo. A nova Lei Eleitoral, aprovada em 2005, trouxe mais estabilidade política à Região e, assim esperamos, enriqueceu este parlamento. Mais recentemente foi a vez do Estatuto Político-Administrativo da Região, lei maior da autonomia regional, ser sujeito a uma profunda alteração que se impunha na decorrência da última revisão constitucional. Mas falta ainda mais coesão política, económica e social.

Percebemos, sem entender embora, uma evidente diferença no discurso do PSD. Senão vejamos. Onde o PS pretende reforçar a coesão dos Açores vem o PSD e diz que o que importa são as partes, pretendendo que o todo é igual à sua soma, embora vindo depois falar no triângulo, sem que se perceba como nem porquê. Onde o PS oferece uma visão holística defendendo o óbvio, isto é: Região = Sociedade + Território + Economia, vem o PSD e diz 'o que importa são as pessoas', como se nos pudéssemos dissociar do ambiente que nos rodeia ou da forma como nos organizamos e gerimos, mas ao mesmo

tempo procurando desvalorizar a evidente obra realizada, tónica também perceptível no discurso do 'betão' ou do 'dinheiro atirado para cima dos problemas'. Vê-los-emos, daqui por algum tempo, novamente a exigir mais obras, um pouco por todo o lado, 'metendo os pés pelas mãos'. Fica aliás a ideia de revisita. Dissociando as pessoas do todo o projecto do PSD é vazio e estaria condenado ao insucesso. Revisita porque, esquecendo as outras dimensões da Região, ao fim de pouco tempo estaríamos como estávamos há uma década atrás: menos economia, logo menos emprego nos sectores privados, logo mais emprego no sector público, logo menos investimento público e apoio ao sector privado, porque menos riqueza, logo mais desemprego, inevitavelmente, mas mais dependência e controlo político sobre os açorianos. É importante desmontar os discursos porque, na assunção de que não se trata de falar por falar, eles evidenciam um rumo. Ou falta dele!

Este é, mais do que um bom Programa de Governo, um documento que se situa na decorrência lógica do Programa Eleitoral do Partido Socialista, que sufragámos no passado mês de Outubro, e do Fórum 2013 que contou com a participação de milhares de contribuições de muitos açorianos que connosco quiseram traçar um rumo para os Açores, tendo como horizonte os fundos comunitários de que dispomos durante os próximos 5 anos. Autonomia, território, sociedade e actividades económicas são os grandes pilares que suportam a realidade açoriana, em que se divide também este documento e que contêm os diversos sectores de actividade e interesse regional. Se alguns mantinham a secreta esperança de encontrar um Governo exaurido nas suas forças, acomodado nos seus sucessos, conformado com as soluções encontradas e nos rumos traçados, cujo êxito é constatável numa multiplicidade de indicadores económicos e sociais, saem hoje desenganados no termo da discussão do Programa do Governo. Os sucessos que alcançámos exortam-nos a fazer mais e melhor. As falhas e os erros, inevitáveis quando se decide e realiza obra, não nos esmorecem. Incentivam-nos a corrigir, tentar de novo, buscando novas soluções, inovando, com uma boa dose de engenho, alguma arte e muita vontade de servir os Açores e os açorianos. Este é um Programa que traça um caminho de estabilidade para os Açores, sem temer os riscos do progresso. Um Programa de Governo que reforçando o nosso património humano e natural e as nossas tradições produtivas, conjuga esse património com apostas claras de desenvolvimento, criando assim bases estáveis para um progresso duradouro e consolidado. O resultado que se projecta da sua aplicação é o de um território ambientalmente valorizado, de vocação marítima e de tradição agrícola, com uma população jovem, crescentemente qualificada, bem suportada por equipamentos e instrumentos sócio-culturais, mais capaz de se afirmar num mundo globalizado, especialmente no que respeita às áreas da investigação, da economia marítima, das novas tecnologias e das comunicações. Um bom Programa de Governo!

Graças ao Quadro de Referência Estratégico, vivemos ainda e até 2013, uma oportunidade de dotarmos a Região com um conjunto de infraestruturas e

equipamentos aos mais variados níveis. O Governo Regional tem assim a responsabilidade de aproveitar estes fundos para prosseguir a infraestruturização da Região, recuperando assim das décadas de marasmo que marcaram as políticas dos sucessivos governos da responsabilidade do PSD. E a verdade é que essa apatia foi ainda assim acompanhada de um endividamento relativo da Região bastante superior ao que agora observamos, 9% do PIB contra 4 vezes mais em 1996. Isto graças a uma política de investimento acompanhada de contenção orçamental, sobretudo ao nível da despesa corrente, que há 11 anos absorvia grande parte da nossa despesa global. Mas também em resultado do aumento consistente da receitas próprias, das receitas fiscais (consequência da geração de mais riqueza), das transferências da União Europeia e das que decorrem da Lei de Finanças Regionais. O desnorte de alguma oposição tem pois que ser entendido à luz desta realidade insofismável, os governos do PS têm investido mais e melhor, com sentido estratégico e de forma harmoniosa, atendendo a realidade regional e muito especialmente a realidade ilha nela contida.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Com a aguardada aprovação do novo texto do Estatuto Político-Administrativo, fecha-se, pela mão da maioria do PS e, no caso concreto, com o apoio dos demais partidos com assento na Assembleia Legislativa dos Açores, graças ao envolvimento que desde a primeira hora tiveram na elaboração do respectivo texto, um ciclo de mudança ao nível do funcionamento da autonomia no que respeita concretamente aos Açores e respectivo relacionamento com a República. Quatro grandes 'saltos' foram assim dados pelos Açores pelas mãos de governos e do Partido Socialista, sob a liderança de Carlos César. Primeiro ao nível financeiro com a aprovação da Lei de Finanças Regionais que veio reforçar e clarificar o relacionamento financeiro das Regiões com a República. Depois a revisão da Constituição Portuguesa que, no que respeita ao quadro político-institucional do relacionamento entre a República e as Regiões, veio trazer grandes alterações, processo que só será consumado com a aguardada aprovação do novo Estatuto para os Açores. Entretanto foi a alteração da Lei Eleitoral que veio introduzir maiores equilíbrios ao nível da representatividade dos partidos políticos na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Saiu assim, por essa via, reforçada a autonomia.

Estes três pilares da autonomia regional dos Açores são fundamentais à afirmação, perenidade e eficácia do nosso sistema político. E são igualmente importantes para a estabilidade do próprio funcionamento da autonomia. As Regiões não podem, como tantas vezes aconteceu no passado, viver em eterno sobressalto, sujeitas a enquadramentos legais frequentemente desajustados da realidade das ilhas e a transferências do Estado variáveis em função de razões tantas vezes conjunturais e pouco objectivas. Com a

aprovação do Estatuto Político-Administrativo, os Açores são lançados para um novo patamar de autonomia, simultaneamente mais consolidado e responsável, mas também mais facilmente responsabilizável pelos seus actos. Esperamos que por esta via se conquiste igualmente um clima de menor desconfiança, tantas vezes infundada mas sucessivamente alimentada, do Estado em relação às suas Regiões Autónomas. Um Estado que, não obstante estar a caminho de comemorar o seu 35º aniversário da Revolução de Abril, ao invés de olhar para as suas Regiões como elementos que ampliam a sua soberania e dimensões política, social e económica com uma enorme eficácia, parece olhá-las com os olhos de alguém que já foi algumas vezes traído, não compreendendo ter sido ele tantas vezes o traidor, porque tantas vezes se subtraiu às suas responsabilidades perante as diversas parcelas do território nacional.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

O mundo está em crise. Crise de valores, crise ambiental e energética, crise militar, crise social, crise financeira, com implicações económicas. As causas estão claramente centradas nas perspectivas políticas mais neoliberais, sendo certo que a esquerda de inspiração marxista-leninista é incapaz de oferecer respostas adequadas às justas aspirações dos povos. Onde uns falham por gerarem um descontrolo financeiro, com consequências económicas, e desvalorizarem a importância de reforçar o estado social, os outros falham por incapacidade de afirmar um modelo de desenvolvimento económico, com as consequentes implicações negativas para o reforço do estado social, falhando igualmente no modelo ambiental, hoje chave de desenvolvimento. Mas, sobretudo, falham no ambiente democrático que deve suportar qualquer estratégia de desenvolvimento.

A esquerda democrática tem por isso uma enorme responsabilidade no mundo contemporâneo. A responsabilidade de ser capaz de centrar o desenvolvimento numa economia geradora de riqueza, suportada por estruturas financeiras sólidas e reguladas, gerando uma capacidade de desenvolvimento social sustentado, de longo prazo, capaz de responder aos mais importantes desafios ambientais, ao menos ao nível das microescalas, garantindo o ambiente democrático em que o desenvolvimento se pode gerar e proliferar. Só assim poderemos construir um mundo de paz. A paz e a guerra, a estabilidade e a instabilidade social, económica e ambiental são consequência das políticas, ao contrário de alguns que vêem as políticas como meros empecilhos ao desenvolvimento económico e social, acreditando que um mundo deixado às mãos de uns quantos interesses financeiros terá capacidade de se desenvolver e auto-regular-se. O mundo precisa de regulação e controlo, o mundo precisa de mais e melhor política. Só os partidos de inspiração verdadeiramente social

serão capazes de oferecer respostas adequadas aos actuais desafios. Não os que dizem coitadinhos dos pobrezinhos e os defendem quando estão na oposição para logo se esquecerem deles quando chegam ao governo, retirando-lhes instrumentos fundamentais á afirmação da sua dignidade. Não os que só se preocupam com a segurança social, a terceira idade ou o acesso aos cuidados de saúde quando são oposição, para logo se demitirem das suas responsabilidades pretendendo que os privados fazem mais e melhor quando chegam ao governo.

Num mundo globalizado, especialmente no que respeita ao funcionamento das economias, é fundamental garantir o acompanhamento das tendências dos mercados internacionais para melhor projectarmos os seus efeitos à escala regional, sem prejuízo da nossa resiliência, dentro de determinados limites, evidenciada aliás pela capacidade que, não obstante as dificuldades do Estado, temos tido de crescer economicamente, sustentando as taxas de desemprego a níveis residuais e controlando a nossa dívida regional.

Este Programa do Governo, pela aposta que faz no ambiente e especialmente no sector energético, pelo investimento que representa em duas áreas desde sempre fundamentais ao nosso desenvolvimento, a agricultura e o mar, pelo reforço que garante às áreas da educação, do trabalho e da solidariedade e coesão social é, mais do que bom, um Programa que vem ao encontro das actuais prioridades. O mundo é dinâmico, muda constantemente, como ajustadas devem ser, em cada momento, as políticas de um Governo. Essa verdade iniludível, está implícita neste documento. Mas não satisfeito, o Governo mal iniciou funções tratou de começar a executar as suas políticas respondendo com medidas concretas que aqui foram explanadas às principais preocupações dos empresários, decorrentes da alta das taxas de juro ao longo de vários meses e, mais recentemente, da falta de liquidez da banca. Realço, com um carácter mais genérico, o aumento de 10% na despesa pública de investimento e também a duplicação dos montantes inscritos no Plano para financiamento dos sistemas de incentivo ao investimento privado. Mas também a criação de linhas de apoio específico ao sector económico.

A verdade porém é que, assim como há uns meses atrás, ninguém, nem os mais ilustres economistas, vislumbravam o evoluir entretanto observado na situação económico-financeira mundial, também agora temos razões para acreditar que temos que ter uma estratégia de desenvolvimento para além da crise, embora capacitado para se ajustar a situações novas, hoje a alta das taxas de juro ou do preço do petróleo, amanhã a sua baixa, hoje a alta dos mercados imobiliários ou do turismo, amanhã a sua baixa, hoje ou amanhã uma qualquer calamidade.

Mais do que um bom Programa de Governo temos portanto um bom Governo, que dá provas de ser capaz de responder rápida e eficazmente às situações, ajustando sempre as políticas aos enquadramentos mais ou menos conjunturais. Tal é hoje, mais do que nunca, fundamental.



Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de Dezembro de 2008

O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia  
Legislativa da Região Autónoma dos Açores  
Helder Marques da Silva